

Roriz não aceita repressor no seu governo

"Não aceitarei que o repressor do passado seja o meu assessor no presente. Se for constatada a participação de algum integrante do meu governo na repressão política do regime militar, anunciarei as medidas cabíveis". A declaração é do governador Joaquim Roriz, ao falar ontem, pela primeira vez sobre a abertura dos arquivos das polícias Civil e Militar do DF referentes ao período da repressão política.

Roriz garantiu que seu compromisso é com a democracia e a liberdade e que sua decisão de abrir os arquivos existentes nas duas polícias representa um avanço democrático. "Como primeiro governador eleito do DF, tomo essa medida, sem nenhum resquício, para mostrar claramente o que aconteceu no passado", enfatizou.

DESAPARECIMENTO — O governador não acredita que alguém do seu governo tenha participado da repressão contra políticos e estudantes, durante o regime militar. "Não posso fazer um pré-julgamento, mas adianto que, se houver qualquer fato que comprometa alguém do GDF, anunciarei a medida cabível", reforçou.

Joaquim Roriz não sabe se a abertura dos arquivos contribuirá para esclarecer o desaparecimento de alguns militantes políticos daquela época, como o estudante da Universidade de Brasília (UnB), Honestino Guimarães. "Não conheço o motivo da repressão, mas gostaria de saber", declarou.

Segundo ele, o governo determinou a abertura dos arquivos como forma de contribuir para o processo de redemocratização do país. "Acho que tudo que aconteceu no passado precisa ser esclarecido. E, por isso, quero louvar a iniciativa daqueles que comungam com o nosso ideal de construir um país cada vez mais livre e democrático", afirmou.

Telefonemas à OAB informam sobre Honestino

Os telefones da Comissão de Direitos Humanos da OAB não pararam de tocar durante todo o dia de ontem, segundo Antônio Carlos de Almeida, relator da Comissão que reabriu o processo sobre as circunstâncias que cercaram o desaparecimento do então estudante da UnB, Honestino Guimarães, em 1973. "São pessoas que possuem informações que irão nos ajudar a desvendar o caso", afirma Almeida. Por "serem informações sigilosas", o advogado evitou dizer quem são essas pessoas".

Almeida, junto com a Comissão, reabriu o "Caso Honestino", a pedido da família do líder estudantil preso no período mais duro do regime militar. "A mãe de Honestino, Maria Rosa Leite Monteiro, nos procurou, porque, como cidadã, ela tem o direito de pelo menos saber onde está o corpo de seu filho e dar-lhe o status de morto, já que até

LUCIANO DE MOURA



Brochado entregou o prontuário a Carlos Alberto

PRONTUÁRIO — O deputado distrital Carlos Alberto Torres (PPS/DF) recebeu ontem, das mãos do secretário João Brochado, a certidão de seu prontuário existente na Secretaria de Segurança Pública desde a época da ditadura militar. No documento, solicitado há 22 dias, consta o registro de 110 ocorrências, entre elas algumas relativas ao período em que esteve preso por motivos políticos, em 20 de maio de 1971, no Rio de Janeiro; em 13 de dezembro de 1972, em São Paulo, e em 1984, em Brasília. Neste último,

respondendo apenas a interrogatórios.

Por sua própria iniciativa, o secretário João Brochado determinou um levantamento, na Secretaria de Segurança, sobre os quatro desaparecidos de Brasília — além de Honestino Guimarães, estudante Ieda Delgado, o membro do comitê central do PCB, Walter Ribeiro, e o militante Paulo Celestino. Após sua conclusão, o documento será encaminhado ao presidente da OAB/DF, Esdras Dantas, para a reabertura dos casos de desaparecimento.

agora ele é tido como desaparecido".

Almeida ressalta "o importante papel da imprensa" no caso e faz um apelo à sociedade brasileira, no sentido de que procure a Comissão na OAB, aqueles que sabem de algum detalhe que possa elucidar a questão. "Não queremos perseguir ninguém, porque não é este o papel da Comissão. O que desejamos é esclarecer o assunto, mas necessitamos da ajuda de pessoas que viveram aquele momento". Almeida garante "assumir o compromisso, como profissional, de manter sigilo sobre as pessoas e as informações".

O advogado da OAB não confirma o encontro com o governador Joaquim Roriz, para hoje, noticiado pela imprensa. "O governador está disposto a nos ajudar, mas não conseguimos acertar a agenda ainda". Em compensação, já está confirmado o encontro com o vice-

governador do Rio, Nilo Batista, para segunda-feira. "Honestino foi preso no Rio e Batista é um homem ligado à questão dos direitos humanos", diz Almeida. Sua expectativa é que, nesse contato, seja possível ter acesso aos arquivos da Polícia do Exército.

Além da Comissão de Direitos Humanos da OAB, o deputado Sigmaringa Seixas do PSDB do DF, também está acompanhando o caso. "Foi uma solicitação nossa", afirma Almeida, já que Seixas faz parte da Comissão de Desaparecidos, na Câmara Federal. Para Almeida, a repercussão do "Caso Honestino", "faz parte do momento político em que vivemos". Segundo ele, "a sociedade exige e tem o direito de ver esclarecido esse passado recente da história brasileira".

Participaram da cobertura os repórteres Carla Belizária, Almir Carvalho e João Nunes